

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.111 - SP (2018/0034262-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO AMATO PISSINI E OUTRO(S) - SP261030**  
**ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918**  
**RECORRIDO : ANDREA MARA BORTOLUZZO DALBEN**  
**RECORRIDO : EDNA WOOD BORTOLUZZO**  
**RECORRIDO : OSCAR BORTOLUZZO**  
**RECORRIDO : ADRIANA MARA BORTOLUZZO MARTINS**  
**RECORRIDO : MAURO BORTOLUZZO**  
**RECORRIDO : MILTON ANDRE BORTOLUZZO**  
**ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI E OUTRO(S) - SP190663**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030**  
**ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918**  
**AGRAVADO : ANDREA MARA BORTOLUZZO DALBEN**  
**AGRAVADO : EDNA WOOD BORTOLUZZO**  
**AGRAVADO : OSCAR BORTOLUZZO**  
**AGRAVADO : ADRIANA MARA BORTOLUZZO MARTINS**  
**AGRAVADO : MAURO BORTOLUZZO**  
**AGRAVADO : MILTON ANDRE BORTOLUZZO**  
**ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI E OUTRO(S) - SP190663**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra a decisão que admitiu o seu recurso especial.

O recurso especial foi manejado em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA - EXTINÇÃO COM JULGAMENTO DE MÉRITO Reconhecimento da prescrição Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 484 do Superior Tribunal de Justiça - Ação proposta após o prazo quinquenal Existência de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional - Legitimidade ativa do parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar Inteligência da alínea 'c', do inciso VII, do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor - Inocorrência da prescrição - Recurso provido. INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS - EXECUÇÃO INDIVIDUAL Julgamento com fulcro no parágrafo 4º,

do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil - Eficácia erga omnes da sentença proferida na ação coletiva - Os credores podem promover o cumprimento do julgado no foro da comarca dos seus domicílios - Desnecessidade da comprovação da associação dos poupadores ao IDEC - Legitimidade ativa configurada Descabimento da suspensão da execução individual - Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública - Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito - utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989 - Possibilidade do arbitramento dos honorários do advogado - Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça Honorários advocatícios arbitrados na ação civil pública - Descabimento da sua inclusão no cálculo da dívida - Verba que não pode beneficiar quem não foi parte, tampouco patrocinou aquela demanda - Os juros remuneratórios não são devidos - Inexistência de previsão no título exequendo - Recurso provido, para os fins de deconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

Em seu recurso especial, a parte ora agravante alega violação do artigo 100 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 475-E e 475-N do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 5º da Lei 7.347/1985; dos artigos 17, 85, 485, 487, 509, 515 e 1.036 do CPC de 2015; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 189 e 202 do Código Civil; e divergência jurisprudencial. Argui ilegitimidade ativa. Suscita prescrição. Aponta excesso de execução. Reclama de ofensa à coisa julgada. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na execução. Pretende o afastamento dos honorários advocatícios e a suspensão do feito. Requer a exclusão dos juros remuneratórios (contratuais). Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente com base nos índices de remuneração dos valores depositados em contas de poupança, sem a inclusão de expurgos inflacionários posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989).

Não há previsão legal de interposição de agravo contra decisão que admite recurso especial. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSÃO PARCIAL. AGRAVO. DESNECESSIDADE. SÚMULAS 292 E 528/STF. OFENSA A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ANÁLISE. VIA INADEQUADA. ART. 1º, II E V, DA DA LEI N. 8.137/1990. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ANTERIOR À DENÚNCIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO. ART. 93 DO CPP. FACULDADE DO JULGADOR SINGULAR. DESCLASSIFICAÇÃO. EFETIVA SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS. VERIFICAÇÃO. DESCABIMENTO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL. ILICITUDE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 356/STF. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. CONTROVÉRSIA NÃO-DELIMITADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. CONDENAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. OPÇÃO PELA VERSÃO LASTREADA APENAS NAS PROVAS INQUISITORIAIS. ILEGALIDADE. OFENSA AO ART. 155 DO CPP. OCORRÊNCIA. CONTINUIDADE DELITIVA. PENA. AUMENTO. QUESTÃO PREJUDICADA.

1. É descabido agravo contra decisão que admite parcialmente recurso especial, uma vez que, em razão da admissão parcial do reclamo, este subirá a esta Corte Superior, ocasião em que se procederá ao refazimento do juízo de admissibilidade da íntegra do recurso. Aplicáveis, por analogia, as Súmulas 292 e 528/STF.

[...]

11. Agravo em recurso especial não conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido em parte para absolver o recorrente, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

(REsp 1.500.961/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 22/9/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO PARCIAL AO RECURSO ESPECIAL, NA ORIGEM, INVOCANDO-SE O DISPOSTO NO ART. 543-C, § 7º, I, DO

CPC. JUÍZO DE ADMISSÃO PARCIAL DO RECURSO ESPECIAL NO TRIBUNAL A QUO. NÃO VINCULAÇÃO DO STJ.

1. Ainda que o Tribunal de origem tenha invocado o disposto no art. 543-C, § 7º, I, do CPC como fundamento para negar seguimento parcial ao recurso especial, descabe agravo contra decisão que admite parcialmente recurso especial, uma vez que, em razão da admissão parcial do reclamo, este subirá a esta Corte, ocasião em que se procederá ao refazimento do juízo de admissibilidade da íntegra do recurso. Precedentes.

[...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1478911/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 25/9/2015)

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora